

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021

ATA NÚMERO TRINTA E TRÊS/DOIS MIL E VINTE E UM

ÍNDICE

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS

2 - PROPOSTA Nº. 985/21 - DPOC - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2021-2025, ORÇAMENTO MUNICIPAL E ORÇAMENTO DE PESSOAL PARA 2022

3 - PROPOSTA Nº. 986/21 - DPOC - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTE AO ANO DE 2021 A LIQUIDAR EM 2022

4 - PROPOSTA Nº. 987/21 - DPOC - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES PARA 2022

5 - PROPOSTA Nº. 988/21 - DPOC - LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2021 A SER COBRADA EM 2022

6 - PROPOSTA Nº. 989/21 - DPOC - TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM - TMDP

7 - PROPOSTA Nº. 990/21 - SIMAS - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022 E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

8 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

----ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021----

----- ATA NÚMERO TRINTA E TRÊS/DOIS MIL E VINTE E UM -----

----- Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Oeiras, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu extraordinariamente e devidamente convocada para o efeito a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves, estando presentes os Senhores Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutor Bruno Miguel Pinheiro Mendes Magro, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutor Alexandre Damasceno da Silva Poço, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha.-----

----- Faltou o Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Moraes, tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às dezoito horas e dezanove minutos, o **Senhor Vice-Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Bruno Magro, Alexandre Poço e Carla Castelo. -----

2 - PROPOSTA Nº. 985/21 - DPOC - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2021-2025, ORÇAMENTO MUNICIPAL E ORÇAMENTO DE PESSOAL PARA 2022: -----

----- I - O **Senhor Vereador Bruno Magro** mencionou o seguinte: -----

----- “Começo por agradecer aos Serviços da Câmara Municipal que intervieram na

construção do documento que aqui estamos a analisar, não só pela qualidade do mesmo, mas também pela forma como foi apresentado e construído e que facilita a leitura do mesmo. -----

-----O documento apresenta claramente a visão estratégica definida pelo Executivo e que foi a votos nas últimas eleições, como não podia deixar de ser, e registamos com agrado a abertura que o Executivo Municipal mostrou às forças políticas da oposição convidando-as a apresentar propostas que pudessem ser integradas no mesmo documento. -----

-----O Partido Socialista, partido comprometido com o regular funcionamento das instituições, fará uma oposição responsável e construtiva, apresentando propostas que vão em linha do que defendemos para o Concelho, não contem connosco para uma oposição, só do sim porque sim. -----

-----Como podem ver pelas propostas que apresentámos, as mesmas são transversais a várias áreas, gostava de relevar todas, uma vez que apresentámos propostas em áreas tão diferentes como o ambiente, o turismo, o bem-estar animal e a igualdade. -----

-----Esta última, com especial enfoque, uma vez que foi o Partido Socialista o partido de charneira nesta temática, aplicando até internamente na gestão dos seus órgãos medidas sobre esta área, quando a legislação existente, na altura, ainda era incipiente. -----

-----Em relação ao conteúdo do orçamento gostava de colocar algumas perguntas ao Senhor Vice-Presidente sobre várias áreas e projetos que foram implementados pelo Município, se nos pode adiantar o valor exato, porque não consegui descobrir no documento, o valor que foi contratualizado com o Governo Português no âmbito do PRR.-----

-----Em relação ao projeto das residências para professores, qual é o ponto de situação do mesmo, quantos concorreram, quantos conseguimos atrair para o nosso Município e fixar esse projeto, penso que sim, mas gostava de ser esclarecido se ele é para continuar e expandir. -----

-----No âmbito da educação, também a autarquia tinha um projeto pioneiro chamado Mochila Leve, penso que com a pandemia teve de ser suspenso ou reconvertido, quais são os

resultados do mesmo e se neste orçamento também esse projeto, que nos parece bastante interessante, vai continuar.-----

----- Em relação às receitas municipais, vemos com agrado que a receita corrente se tem mantido estabilizada sem reposição dos saldos de gerência, gostávamos que o Senhor Vice-Presidente esclarecesse o Partido Socialista em relação a um ponto particular que tem que ver com as receitas das rendas. -----

----- Ao analisarmos os valores cobrados vemos que em dois mil e vinte e um havia uma receita prevista bastante elevada, sabemos que com a pandemia houve uma alteração da política de cobrança de rendas, mas depois a projeção futura não volta aos valores que eram esperados em dois mil e vinte e um, bastante mais baixo, tentar perceber se é uma política que é para manter e porquê, uma vez que todos esperamos que esta pandemia acabe mais cedo ou mais tarde. Não posso deixar de fazer uma referência ao quadro de pessoal e à sua evolução, notamos com agrado a mudança estratégica no pensamento e no tipo de contratação que está a ser feita face ao passado, tendo havido incremento substancial de técnicos superiores nos quadros da Câmara, dotando os funcionários da Câmara com mais e melhores competências, registamos com bastante agrado essa situação, porque no passado mais longínquo não era essa a política. -----

----- Em relação ao quadro de pessoal também gostávamos de referir que em relação ao pessoal informático, não só o número ter aumentado, como sabemos que é uma carreira que na administração pública é difícil de recrutar e de reter, porque sabemos que no privado estes técnicos são bastante bem pagos. -----

----- O nosso reparo também pelo facto de a Câmara Municipal conseguir reter funcionários desta carreira.” -----

----- **O Senhor Vereador Alexandre Poço** referiu o seguinte:-----

----- “Na análise que fiz ao orçamento iria destacar uma política municipal que tive oportunidade de elogiar bastante no decurso da campanha eleitoral e que também já tive

oportunidade de falar com o Senhor Vereador Pedro Patacho, que tem que ver com a política de bolsas de estudo, que é uma das melhores políticas municipais que temos no Município e também com uma cabimentação orçamental significativa, o que demonstra um investimento e um reforço do papel que este instrumento tem tido para residentes, mas também as bolsas de mérito e as bolsas para os PALOP.-----

-----Faço aqui um apelo, mas que poderá também vir a ser concretizado em género de proposta que se prende com o seguinte: as bolsas de estudo são positivas, representam aqui um incremento financeiro naquilo que é a vida das famílias e na possibilidade de muitos estudantes conseguirem estar no ensino superior a focarem-se nas suas aprendizagens.-----

-----Era também uma proposta que o Partido Social Democrata tinha no seu programa eleitoral, que era nós atribuirmos uma dimensão às bolsas de estudo que se prende com o acompanhamento e com um programa de mentoria para cada aluno que recebe uma bolsa de estudo. Já tive oportunidade de em privado dar esta sugestão e este incremento de qualidade ao programa e deixava também aqui na reunião de Câmara o apelo para que no ano de dois mil e vinte e dois possa a nossa área de educação pensar na estruturação de um programa associado às bolsas de estudo em que cada aluno bolseiro tem um mentor, que poderia ser até um vereador da Câmara Municipal, um dirigente autárquico, um conjunto de trabalhadores de empresas que estejam sedeadas no Concelho e que possam querer essa associação e responsabilizar-se por fazer um género de mentoria ou tutoria dos estudantes bolseiros, porque penso que além da componente financeira também é muito importante o acompanhamento profissional, os conselhos, o “coaching” que este tipo de programa pode ainda mais beneficiar aqueles que mais necessitam deste tipo de apoios, deixo esta proposta aos Senhores Vereadores, mas em particular ao Senhor Vereador Pedro Patacho.” -----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** mencionou o seguinte: -----

-----“Relativamente ao Projeto Mochila Leve foi durante algum tempo e penso que ainda

continua a ser bastante erroneamente confundido com um programa de introdução de tecnologia digital nas salas de aula, não é.-----

----- O Projeto Mochila Leve foi um convite aos professores que quisessem investir na inovação pedagógica em contexto de sala de aula e poderem ter acesso a recursos e a meios e a condições para desenvolver essa inovação, seja formação profissional contínua, seja recursos educativos vários, desde livros, materiais manipuláveis, material didático diverso e também porque vivemos na era em que vivemos, não estamos propriamente na idade da pedra, recursos digitais se for essa a vontade dos professores. -----

----- Tem-se desenvolvido o programa normalmente, evidentemente que teve de sofrer ajustes decorrentes daquilo que foi a situação pandémica e os normativos a que estiveram obrigados os agrupamentos de escolas na reorganização das atividades letivas, mas o projeto segue normalmente, continua salvaguardado nesta proposta orçamental para dois mil e vinte e dois, havendo até na dotação orçamental do Departamento de Educação condições para um ligeiro alargamento, porque o Projeto Mochila Leve tem vindo a aumentar de ano para ano um ligeiro aumento dos profissionais docentes abrangidos se for essa a vontade dos agrupamentos de escolas, mas aqueles que estão mantêm com todas as condições de manutenção do projeto. -----

----- As pessoas que se envolvem neste projeto aceitam voluntariamente envolver-se numa comunidade de prática composta por docentes das várias escolas e agrupamentos de escolas do Concelho, que se reúne periodicamente para discutir casos, as suas práticas enquanto espaço de colaboração e partilha profissional.-----

----- Apresenta um projeto de desenvolvimento curricular e de inovação para a sua sala de aula, fundamenta e justifica os recursos pedagógicos que solicita para o desenvolvimento desse projeto e ao Município em articulação com o Agrupamento de Escolas respetivo cabe financiar e depois organizar as reuniões juntamente com o pessoal escolar de acompanhamento dessas comunidades de prática e do desenvolvimento do projeto. -----

-----Quanto a uma questão muito pertinente que o Senhor Vereador colocou, que tem que ver com os resultados, este como outros projetos que o Município de Oeiras tem por sua iniciativa convidado os agrupamentos de escolas a desenvolver, são acompanhados de avaliação externa por entidade independente selecionada através de procedimento concursal. -----

-----No caso do Mochila Leve e do último relatório de avaliação o procedimento foi ganho pelo Departamento de Educação da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova, já foi publicado e dele foi dado conhecimento no anterior mandato e terei muito gosto em submeter ao Senhor Vereador esse relatório, para que possa tomar contacto com aquilo que foram os resultados da última avaliação, a mais recente do Projeto Mochila Leve. -----

-----Neste momento, estamos a preparar o procedimento para um novo ciclo avaliativo que irá ser realizado por entidade credenciada, idónea, diferente daquela que fez a avaliação anterior. -----

-----Relativamente às bolsas de estudo, nós estamos já há algum tempo a preparar por solicitação do Senhor Presidente, que em devido tempo e das discussões que tivemos sobre a matéria, também achou que era curto limitarmo-nos a atribuir as bolsas de estudo aos jovens universitários e que seria bom para a Câmara Municipal ter um sistema de acompanhamento desses bolseiros e, inclusivamente, criar atividades de envolvimento desses bolseiros, para que eles se possam conhecer uns aos outros, possam trocar experiências e a própria Câmara Municipal possa conhecer melhor os seus bolseiros, onde é que eles estão e onde estão depois de terminarem as suas formações, as experiências profissionais pelas quais vão passando. -----

-----Esse modelo foi desenhado pelo Departamento de Educação, foi discutido com o Senhor Presidente, foi aprovado e está a ser trabalhado com o Departamento de Tecnologias de Informação e Comunicação uma plataforma de bolseiros para os bolseiros de Oeiras, que passará a ser uma espécie de ponto de encontro digital da comunidade de bolseiros de Oeiras e passará a ser também futuramente a plataforma onde as candidaturas e toda a informação sobre as bolsas

passará a estar disponível, para além de ser um espaço de informação sobre vários aspetos, como emprego, carreiras e onde são também julgadas as atividades e iniciativas que visarão juntar esses bolseiros. Esta ideia pode ser muitíssimo bem complementada com essa proposta que eu acho extraordinariamente oportuna e pertinente, tendo em conta a comunidade riquíssima que Oeiras é do ponto de vista de qualificação das pessoas e da quantidade de organizações que aqui estão sedeadas, podermos envolver a sociedade civil e a nossa comunidade num sistema de acompanhamento e de mentoria desses bolseiros.-----

----- Aquilo que eu gostava de dizer ao Senhor Vereador Alexandre Poço é que mais cedo ou mais tarde, como convém e no contexto deste trabalho que já estávamos a fazer, vamo-nos empenhar na tentativa de implementar aquilo que propõe e também podemos ir falando sobre essa questão.-----

----- Acerca do orçamento aquilo que gostava de transmitir, em primeiro lugar um agradecimento aos serviços por duas razões, pela qualidade do trabalho apresentado e pela celeridade na realização do mesmo.-----

----- É bom termos a noção que estamos no princípio de dezembro e que as eleições foram há muito pouco tempo, a Câmara Municipal de Oeiras tem a exigência normal que tem uma Câmara de um território urbano de alta densidade e com um volume em termos orçamental muito grande e com um orçamento de complexidade acrescida na sua elaboração, não só pelo rigor e pela qualidade do trabalho, mas, sobretudo, pelo empenho, pelo esforço, pela dedicação e pela celeridade, os Serviços estão de parabéns.-----

----- Dizer que, aquilo que este orçamento possibilita, concretamente no que diz respeito aos pelouros que me estão delegados, é uma espécie de confiança política, em primeiro lugar, porque encontramos pela primeira vez no nosso mapa estratégico, um objetivo estratégico muito importante para a área da ciência e da inovação.-----

----- Em dois mil e dezanove, desenhámos com a comunidade do Concelho, com várias

instituições de ciência e outras organizações, entre elas o Taguspark, uma estratégia territorial para a ciência e tecnologia que foi apresentada publicamente em dois mil e dezanove, foi sendo desenvolvida com recurso a rúbrica pertencente ao Departamento de Educação, o trabalho vem crescendo, vem-se afirmado no território.-----

-----A diversidade desse trabalho também está a aumentar, sentiu-se a necessidade de tornar visível nesta proposta de Mapa Estratégico e de Grandes Opções do Plano e Orçamento esse eixo da ciência e inovação, que surge pela primeira vez e que corresponde ao suporte orçamental que é dado à estratégia para a ciência de Oeiras, na qual o anterior Executivo prometeu dedicar pelo menos um por cento do orçamento municipal, promessa política essa que este Executivo mantém.-----

-----Este é um orçamento que nos permite dar início à reorganização da nossa rede de bibliotecas públicas, tínhamos feito um trabalho muito grande no último mandato de reforço na relação da rede de bibliotecas municipais de Oeiras com a rede de bibliotecas escolares e estão hoje muito mais próximas, a partilhar muito mais serviços, a trabalhar de maneira mais integrada, esse trabalho foi feito e também passou pela reorganização da programação das bibliotecas públicas de Oeiras, que não é suficiente, estamos convencidos que é necessário fazer chegar os serviços de biblioteca mais perto das pessoas, não ficarmos pelas três grandes bibliotecas centrais de Oeiras, Carnaxide e de Algés e investirmos em espaços de biblioteca de maior proximidade do cidadão. -----

-----Na verdade, são espaços de cidadania, de ponto de encontro com as pessoas, de acesso ao saber, ao conhecimento e da construção quotidiana da nossa comunidade.-----

-----Esse plano foi no anterior mandato apresentado ao Senhor Presidente da Câmara que o validou e que prevê o início dos trabalhos durante este mandato de quatro novas bibliotecas de proximidade e uma itinerante que vai passar a marcar presença em muitos pontos e eventos em Oeiras. Queremos começar esse trabalho durante este mandato, bem como, dar continuidade à

renovação dos espaços das bibliotecas, já foi feita a renovação da Biblioteca de Algés e queremos avançar com Carnaxide e com Oeiras já no ano de dois mil e vinte e dois, este é um orçamento que permite continuar esse trabalho de renovação das bibliotecas, mas permite também dar início à ampliação da rede de bibliotecas com a decisão, relativamente, a novos espaços de proximidade. -----

----- No que que toca ao desporto, este é um orçamento que permite investir na publicação e na comunicação aos cidadãos dos dados que emergem do projeto que foi desenhado no anterior mandato e que vamos apresentar já no início de dois mil e vinte e dois, que é o Actif Oeiras, o barómetro da atividade física do Concelho de Oeiras, temos para nós que não há boa política sem boa informação de suporte, é preciso conhecer qual é o nível da atividade física dos nossos munícipes, se é formal, se é informal, onde é que é, a que horas do dia, em que locais do Concelho, no espaço público ou outros espaços privados dos ginásios do Concelho ou nos clubes desportivos, onde é que praticam atividade física, do que é que sentem falta, o que é que acham bem. -----

----- Esse barómetro foi desenhado em parceria com o Instituto Ambiental, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, que foi também quem trabalhou com a Administração Central no barómetro da atividade física nacional, esse observatório permite-nos muita informação de muita qualidade para tomarmos boas decisões focadas naquilo que são as necessidades das pessoas, no que diz respeito ao incremento da prática desportiva e da atividade física, a informação só é boa se for útil e para as pessoas também é útil se lhe chegar. -----

----- Permite também, continuar a dar seguimento numa aposta muito forte no incremento do apoio ao desporto e à educação física em contexto escolar, que é uma coisa que começámos a fazer no mandato anterior e agora queremos fortalecer. -----

----- Tal como na área do desporto também na área da juventude destacava em dois mil e vinte e dois a publicação e a divulgação do grande estudo de caracterização sociológica da

comunidade jovem de Oeiras, um trabalho que também vai poder informar aquilo que será a decisão política quanto à área da juventude, que decorre paralelamente a um instrumento nacional que está a ser desenhada pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.-----

-----Está a ser feito um grande estudo de caracterização da comunidade jovem, nós queremos acompanhar esse esforço que está a ser feito com um estudo a nível local e conjugando os dois instrumentos permitir-nos-á a ter uma boa informação de suporte, relativamente àquilo que são as aspirações da juventude.-----

-----Por fim, sobre a área da educação gostava de dizer que em dois mil e vinte e dois e neste orçamento poderemos dar seguimento a propostas novas que são relevantes, como seja, a Agenda Educação Cultura, resulta de um trabalho em conjunto que se intensificou no final do anterior mandato e que vai ter grande expressão neste entre a área da cultura e a área da educação.-----

-----Destaco a título de exemplo a criação do Passaporte Cultural do Aluno de Oeiras, onde vão estar registadas todas as suas experiências de educação cultural não formal ao longo da educação básica e da secundária e que se cruza com o Programa Oeiras Educa Mais, no qual continuaremos a investir e que faremos crescer.-----

-----Destacar a continuidade do Festival Internacional de Ciência, o primeiro do País e que em breve será anunciada a edição de dois mil e vinte e dois e uma novidade que é o Festival em Órbita também na área da comunicação e divulgação de ciência, mas focado no imaginário do espaço.-----

-----Também em dois mil e vinte e dois, já no primeiro trimestre, há a apresentação do Observatório Permanente do Sucesso Escolar, um instrumento onde se trabalhou muito no anterior mandato e que este orçamento possibilitará manter.-----

-----Dar conta de um novo projeto que irá surgir relacionado com o Brincar e Crescer Saudável e o esforço que o Município tem que fazer para convencer as famílias a trazer as

crianças para a rua para brincarem nos seus bairros e vivenciarem o espaço público da sua comunidade, uma coisa que se perdeu no tempo e que gostaríamos de voltar a recuperar em parceria com a área da cultura, desporto e educação. -----

----- Algo que é extraordinariamente importante, tão importante como o trabalho educativo que se faz nas escolas, é a qualidade da arquitetura escolar e dos espaços físicos escolares, um trabalho que vai continuar ao longo deste mandato, mas o qual não é possível sem a extraordinária ajuda da Senhora Vereadora Joana Baptista, porque é um trabalho que fazemos em equipa.” -----

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto** frisou o seguinte: -----

----- “Em relação ao PRR - Plano de Recuperação e Resiliência a maior verba a contratualizar será, provavelmente, a área da habitação social. -----

----- Em primeiro lugar, dizer que em dois mil e dezanove contratualizámos o Programa Primeiro Direito com o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e que era um programa de verbas essencialmente nacionais, no valor de cento e três milhões de euros. -----

----- O PRR tem uma lógica de funcionamento orçamental diferente, foram identificadas as intenções de sem necessidade de concretização imediata e agora à medida da libertação dos avisos estamos a candidatar projeto a projeto. -----

----- À contabilização somaremos os cento e três milhões de euros contratualizados no Primeiro Direito, o Plano Geral de Requalificação dos Bairros e os novos dois empreendimentos municipais que, entretanto, conseguimos desenhar. -----

----- Para além disto, estamos a adicionar ainda ao nível dos equipamentos uma Unidade Residencial Sénior a somar às quatro que estavam contratualizadas. -----

----- Dar nota também, que a estes cento e três milhões de euros e que obedeciam a uma lógica de construção nacional com exigências inferiores, será também adicionado uma verba correspondente às novas exigências de qualidade, no que respeita à térmica e à qualidade

ambiental dos edifícios. -----

-----A lógica orçamental é ir inserindo à medida da realização de despesa, neste momento, temos a verba necessária para o lançamento dos primeiros três empreendimentos, obra que prevemos lançar já em janeiro, estão já candidatados ao PRR à medida da candidatura de cada um dos projetos, a inscrição das verbas far-se-á por reforço orçamental ao longo dos próximos anos. -----

-----Apesar de estar contabilizado não podemos, neste momento, inserir toda a verba, porque isso significaria capturar o orçamento municipal inteiro, o que estamos a fazer é inscrever orçamentalmente à medida das necessidades e à medida do avanço dos programas, sendo que há aqui depois um encadeamento orçamental, porque o PRR financia a habitação a cem por cento até aos limites máximos da habitação a custos controlados, o que significa que à medida que estamos a necessitar de mais verba, temos também a contrapartida financeira dos programas antecedentes.” -----

-----**O Senhor Vereador Armando Soares** referiu o seguinte: -----

-----“Julgo que é importante também em sede de possível aprovação do orçamento como estamos à espera, apenas relembrar aquilo que já tinha sido aqui dito. -----

-----Este é um orçamento feito a dois tempos, foi dito pelo Presidente da Câmara, o que faz com que este primeiro orçamento não reflita na sua totalidade os investimentos e os montantes que irão ser despendidos em várias áreas e que poderão ser revistos depois em sede de revisão orçamental. -----

-----Não obstante isso, não pretendendo esta minha intervenção exaustivamente, revelando aquilo que depois irá ser estudado numa próxima revisão. -----

-----Deixar uma nota mais genérica de que as áreas que tenho sobre minha tutela, nomeadamente os mercados e as feiras, foi bastante interessante, quer no mandato anterior, quer neste, revermos que áreas que normalmente eram a maior parte das vezes esquecidas em

municípios urbanos como o Município de Oeiras, com a pandemia voltaram novamente a estar mais em voga. -----

----- Todos temos a plena consciência que houve uma nova decisão da população aos mercados, a dar uma redobrada atenção também às feiras, nomeadamente produtos biológicos, e aquilo que eram temas muitas das vezes relegados para segundo ou até para terceiro plano, passaram a estar mais em linha daquilo que são também as preocupações da população, nomeadamente uma alimentação mais saudável com produtos mais puros, por assim dizer, Oeiras também não esqueceu e não esquece essa matéria. -----

----- Precisamente por isso, estão previstas e depois em conjunto também com a Senhora Vereadora Joana Baptista que detém o pelouro das obras municipais, entre outros, uma reestruturação de alguns dos mercados que, neste momento, carecem de alguma revisão, alguns de lavagem de cara, outros de intervenções mais profundas, tudo isso está a ser planeado, irá depois exaustivamente ser falado e debatido, mas julgo que o momento não é este. -----

----- O mesmo se aplica também aos cemitérios, outro pelouro que também era considerado em muitas autarquias um pelouro menor, não em todas diga-se de passagem, porque algumas câmaras sobrevivem à conta das receitas dos cemitérios, nem todas têm a dimensão de Oeiras, a maior parte delas são até mais pequenas do que as nossas juntas de freguesia no seu todo e muitas das autarquias vivem precisamente a partir dessa receita, não é o caso da nossa, felizmente, mas também o culto do desaparecimento das pessoas, a preocupação com a morte e a atenção que todos passámos a ter com o surgimento desta pandemia, que nos reembrou, como tantas outras coisas que não somos eternos, pelo menos no corpo físico, fez também com que as pessoas tivessem uma redobrada atenção precisamente aos locais de culto e tivessem ainda mais atentas quando falta reparar alguma coisa, quando alguma erva daninha não está arrancada no seu momento, uma procura de mais ossários, são questões talvez mais mórbidas, mas é o pelouro, é exatamente isso, nós preocupamo-nos com a vida, mas também sabemos que temos que ter

dignidade na morte e, por isso, estes temas acabam por ganhar relevada importância quando nos morre alguém. -----

-----Na parte do empreendedorismo e juntando isso às atividades económicas, julgo que não valerá a pena perder muito tempo, dando nota daquilo que todos sabemos, Oeiras é um Município de vanguarda a vários níveis e esses não são exceção.-----

-----No campo das “startups” temos tido alguns apoios e os gabinetes técnicos estão desenhados precisamente por isso, têm incentivado e auxiliado muitos municípios que a nós nos têm dirigido em busca de auxílio ou para instruir os seus processos para criarem novas empresas ou para tentarem colocar as suas empresas a faturar mais ou pior ainda impedirem que elas fechem, temos tido muito trabalho a este nível, iremos continuar a ter, estão estudados alguns meios talvez de apoio mais efetivo, precisamente, nessa área.-----

-----Não será muito difícil Oeiras tornar-se o Município com mais “startups” e mais apoios às mesmas no País todo, aliás, no estudo que nós fizemos, com alguma facilidade, conseguiremos subir bastante a média nacional apenas com pequenos investimentos aqui no nosso Município, mas sobre isso falaremos mais tarde.-----

-----Por último, os Recursos Humanos, basicamente, somos todos nós família da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Existe uma lógica que também está a ser pensada, iremos falar mais à frente, de prosseguir aquilo que nos é solicitado por lei e quanto a isso não há muito a dizer, faltas, folgas, férias, etc., são procedimentos normais, mas humanizar ainda mais os recursos humanos. -----

-----A família da Câmara Municipal de Oeiras é uma família já de dimensão apreciável, estamos com cerca de três mil e quatrocentos funcionários com entrada também das escolas e do que elas têm também na nossa estrutura, apesar, de serem funcionários, às vezes, não sentem que são da Câmara, porque passam o dia na escola, mas a verdade, é que são afetos à Câmara Municipal.-----

----- A ideia é também nesta área da gestão de pessoas podermos humanizar ainda mais isso, recuperar aqueles que estão mais desmotivados, como em qualquer organização e tentar ver o que é que podemos fazer por essas pessoas, porque julgo que não será um discurso muito poético dizer a cada pessoa que o sucesso desta autarquia prende-se precisamente com os seus funcionários, com os seus dirigentes políticos onde todos fazemos parte, mas essencialmente, por aqueles que continuarão por cá depois nós passarmos.-----

----- É tudo quanto me apraz dizer nesta fase, depois julgo que muita matéria haverá para discutir em sede de revisão orçamental, julgo não ser este o momento, o documento fala por si.”-

----- **A Senhora Vereadora Joana Baptista** salientou o seguinte:-----

----- “Enaltecer a qualidade do documento que hoje votamos, estamos a falar de muitos meses de trabalho, desde que tomámos posse os Serviços não fazem outra coisa do que estar a trabalhar neste documento, o Departamento Financeiro juntamente com os serviços que tutelo, está aqui a doutora Helena Dias a quem eu agradeço o trabalho que tem feito junto do Departamento Financeiro. -----

----- Quanto aos pelouros que eu represento, não posso deixar de falar sobre o mandato transato, até mesmo para os Vereadores que são novos, porque as diferenças são abismais.-----

----- Isto para dizer que quando apresentámos as GOP, o Departamento de Obras e o Departamento de Ambiente nunca deixa de fazer estes cenários disruptivos junto do Senhor Presidente. -----

----- No mandato transato o orçamento do Departamento de Ambiente em dois mil e dezassete era de seis milhões, o orçamento do Departamento de Ambiente do ano transato era de trinta e dois milhões, e o orçamento que agora se está a aprovar é de vinte e seis milhões, passamos de seis milhões para trinta e dois milhões e agora o orçamento que vamos aprovar sem ações novas, mas tão só ações comprometidas é de vinte e seis milhões, vejam a musculatura que no mandato passado e este mandato, porque no fundo, estamos a dar continuidade à musculatura

de quatro anos, estamos a dar ao Departamento de Ambiente, de seis milhões para trinta e dois milhões e agora vinte milhões para o ano de dois mil e vinte e dois. -----

-----Estamos a falar de áreas que musculámos há quatro anos atrás, na recolha onde investimos grandemente e quero-vos dar conta que no ano de dois mil e vinte e dois retirámo-lo, é uma ação estruturante, na primeira revisão do próximo ano vamos introduzir, está relacionada com a sensorização, é uma ação estratégica na primeira revisão do próximo ano e estamos a falar de aproximadamente de um milhão de euros que vamos introduzir. -----

-----Equipamento enterrado, vamos dar continuidade à introdução de equipamento enterrado com a introdução de ilhas ecológicas por todo o território, aliás, temos neste momento, uma ação em continuidade com cerca de um milhão de euros e são cerca de cento e cinquenta ilhas que estão a ser introduzidas nas zonas de Carnaxide, de Porto Salvo e de Oeiras, é uma ação estratégica que vamos dar continuidade por todo o Concelho. -----

-----Vamos também dar continuidade a uma situação em que o Concelho de Oeiras tem sido um concelho de referência por toda a por toda a Área Metropolitana de Lisboa, que está relacionada com a recolha seletiva, queremos continuar a dar cartas nesta matéria e vamos continuar a apostar nesta área. -----

-----Também na limpeza urbana, temos apostado muito tanto na administração direta, como na área do “outsourcing”, nos espaços verdes, na área das limpezas e na área das ribeiras. - -----

-----Nunca fizemos um investimento tão significativo, tanto na administração direta, como na parte do desassoreamento, a limpeza dos infestantes, nas praias, no investimento significativo na musculatura da frota municipal. -----

-----Ações futuras na área do ambiente, uma campanha que vou fazer juntamente com a Senhora Vereadora Carla Rocha na área da cidadania ambiental, porque não basta investir na área do ambiente, também temos que solicitar ao nosso município que acompanhe e colabore com os Serviços da Câmara, no sentido de valorizar o trabalho que é feito pela Câmara Municipal e

que acompanha esta tendência de valorizar e cumprir respeitando. -----

----- Na área das obras, no mandato passado tínhamos um orçamento de dezassete milhões, passámos com um orçamento de cinquenta e dois milhões orçamento do ano passado e este ano estamos a aprovar um orçamento de quarenta e seis milhões, que ainda não tem o orçamento significativo do Edifício Fórum, aliás, só tem seis milhões do Edifício Fórum, que não é um orçamento significativo, o ano dois mil e vinte e dois e o ano dois mil e vinte e três é que vai ter um orçamento significativo deste edifício.-----

----- Sobre o Departamento de Obras, o mandato transato foi um mandato em que investimos significativamente em matéria de projeto, neste momento, temos uma carteira muito significativa da realização de projetos, muito na área da educação, onde investimos muito no mandato passado com dezassete milhões de euros nas escolas e neste momento temos quarenta e cinco milhões de euros para investir no próximo mandato nesta área, assim como, na área das vias, mobilidade suave, mas quero também dizer que não há projeto algum introduzido neste orçamento, ou seja, os quarenta e seis milhões que vamos aprovar é tão só ações comprometidas, não há um projeto novo introduzido aqui, só na primeira revisão orçamental de dois mil e vinte e dois, caso o Senhor Presidente decida, é que vou introduzir projetos novos, como seja, ciclovias, escolas, temos inúmeras escolas cujos projetos já estão feitos, como a Escola Gil Vicente e a José Augusto Lucas. -----

----- Quanto ao património, como vocês sabem, está aos olhos de todos um investimento tão significativo que temos feito no património, o exemplo mais paradigmático é o Palácio do Marquês em que as fachadas, peças escultóricas, jardins, fontes e lagos está à vista de todos. -----

----- Vamos iniciar no próximo ano, um investimento significativo na Cartuxa, Quinta Real de Caxias estamos agora a concluir, vamos avançar com os jardins na Quinta Real de Caxias, mas vamos avançar com os tanques e com a cascata real.-----

----- Manutenção do espaço público, ainda na última reunião de Câmara falámos com a

Senhora Vereadora Carla Castelo, é uma situação corrente, razão pela qual passámos os dezassete milhões para os cinquenta e dois milhões.-----

-----A manutenção do espaço público faz parte do investimento que o Município de Oeiras quando no mandato passado na Assembleia Municipal o deputado Nuno Gusmão dizia: “...porque é que estão sempre fazer recargas betuminosas em Oeiras?...”, nós não queremos buracos no Município de Oeiras, porque para nós buracos não podem existir na via pública, não é tema.-----

-----Conforto e segurança urbana em Oeiras, também é paradigmática em Oeiras, é um tema que estava no nosso programa eleitoral, é estratégico para nós e está previsto no nosso orçamento, mas vai ser recarregado na primeira revisão orçamental do próximo ano.-----

-----A Proteção Civil também tem aqui um orçamento, mas é um orçamento magrinho, ao nível dos fardamentos, das EPI, do subsídio mensal ao nível das obras e de todos os itens que todos os anos é normalmente carregado na primeira revisão e na segunda revisão, mas que é norma da casa.”-----

-----**O Senhor Vice-Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Verificar que desde dois mil e dezoito, o orçamento evoluiu de cento e vinte e oito milhões de euros originais para estes originais de cento e noventa e nove vírgula oito milhões de euros, significa que a retoma económica que se verificou, após a crise do “subprime” que nos afetou no início da segunda década deste século foi recuperada na segunda metade desta mesma década. O Município de Oeiras fruto dessa retoma e fruto da qualidade do trabalho que anteriormente foi sendo feito, vê sucessivamente crescer o seu orçamento.-----

-----O orçamento da Câmara Municipal e pedia alguma atenção aos Senhores Vereadores para a estrutura da receita municipal onde encontramos uma rubrica de cento e um milhões de euros dos impostos e chamo a atenção nestes impostos para algumas parcelas tão importantes quanto o IMI, o IMT, a verba decorrente do IRS e também do IUC.-----



Câmara Municipal de Oeiras

----- O IMI e o IMT e agora permitam-me recuar até mil novecentos e oitenta e cinco e perceber o IMI e o IMT para quem conhece minimamente como funciona o mercado imobiliário, o IMT depende do interesse imobiliário que há em determinado território para as trocas e o IMI da valorização, quer do património imobiliário, quer de todo o território no seu todo, para crescer como um bolo global. -----

----- O IMI e o IMT dependem assim, diretamente de estratégia da política de desenvolvimento do Concelho e é o comportamento do IMI e do IMT que, na nossa opinião, é o mais interessante no Concelho de Oeiras. -----

----- O IMT vem surpreendendo sucessivamente os Serviços do Município de Oeiras, que por mais previsões que façam, normalmente falham por defeito no comportamento do IMT, significa que o interesse do património imobiliário de Oeiras, fruto da qualidade do Concelho e o IMT é, provavelmente, o que mais reflete a qualidade do Município no seu todo e se nós olharmos para as diferenças de valor do metro quadrado entre o litoral do Concelho e o interior e eu falo das zonas mais valorizadas do Concelho, seja Miraflores ou Paço de Arcos, em comparação com zonas que até há dez anos atrás eram deprimidas como Porto Salvo ou Barcarena, vemos que o valor do metro quadrado e nem toda a extensão do território de Oeiras tem um comportamento muito similar com as devidas distâncias, quando estamos em cima do mar, não podemos esperar que tenha um comportamento tão próximo quanto isto que estou a referir, mas muito mais similar do que aquilo que acontece em Concelhos como Cascais, Sintra ou até como Lisboa. -----

----- O comportamento do IMI ou do IMT de Lisboa das transações e do valor por quadrado no centro de Lisboa nada tem a ver com o valor de Xabregas e é muito mais distante, por exemplo, Xabregas já para não falar da zona de Camarate, não se pode comparar a diferença de valorização do metro quadrado dos nossos concelhos vizinhos com o Concelho de Oeiras.-----

----- Daí, nós falarmos do território do Concelho de Oeiras valorizado e qualificado como

um todo em toda a sua extensão, eu sei que isto pode ser, de certo modo, diverso do que algumas pessoas possam entender, mas a melhor forma de perceber a valorização e a transformação do Concelho reside exatamente na valorização do património imobiliário das casas de Oeiras em toda a extensão do território. -----

-----Verificar o valor do metro quadrado da habitação nova em Porto Salvo hoje e comparar com o valor do metro quadrado do interior do Concelho de Cascais, por exemplo, em Alcabideche ou do Concelho de Sintra, Rio de Mouro, Massamá, Queluz, nada tem a ver uma coisa com outra, significa que a qualidade que é oferecida num território e noutro também não tem nada a ver. -----

-----Dizer também, que há na estrutura do IMT de Oeiras um comportamento diverso dos nossos vizinhos que é relacionado com os parques empresariais. -----

-----Há alguns anos atrás era muito complexo convencer os promotores imobiliários que operavam no mercado para fazer parques empresariais, note-se que o Parque Suécia nasce de investimento sueco, o Arquiparque de investimento holandês, a Quinta da Fonte também nasce e investimento estrangeiro. -----

-----O primeiro parque empresarial feito no Concelho de Oeiras com origem em capital português tem a ver com a Teixeira Duarte com o Lagoas Park. -----

-----Hoje o World Trade Center e volto a referir que este não é uma iniciativa do Município, originalmente chamava-se Smart Park. O World Trade Center aconteceu vir para o Concelho de Oeiras, porque mais uma vez, a valorização do património imobiliário e do território de Oeiras no seu todo permite-lhe albergar uma sede do World Trade Center no nosso Concelho. -----

-----Dizer que é o único município da Europa no qual os escritórios do World Trade Center não estão no município capital, por norma ou está nos municípios capitais ou nas cidades mais ricas do país ou mais desenvolvidas, portanto, estaria em Lisboa, estaria no Porto há trinta

anos, hoje está em Oeiras. -----

----- Chama-se World Trade Center Lisbon e nós não temos complexos em relação a isso, porque sabemos que estamos enquadrados numa visão Metropolitana da cidade na Grande Lisboa, importa-nos pouco que diga World Trade Center Lisbon como nos importa pouco que o centro de competências da Cisco localizado no Lagoas Park diga Lisbon, interessa-me é que está no território de Oeiras e está a valorizar o nosso território. -----

----- O comportamento dos escritórios e veja-se que hoje a maior parte dos concelhos não têm espaço para escritórios, Lisboa estava, e não sei como é que vai ser a estratégia do Presidente Carlos Moedas, a arranjar espaço para construção de parques escritórios no Concelho de Lisboa, porque precisam desses espaços.-----

----- Oeiras por ter aprovado e ter apostado há três décadas atrás na captação destas empresas, trouxe os parques de escritórios para o Concelho e estes têm um comportamento no mercado relativamente interessante.----- .

----- O Lagoas Park já rendeu de uma vez mais de trinta milhões de euros aos cofres do Município em IMT e só não rendeu da última vez, porque conseguiram fazer a escritura num tempo no qual se podia vender a uma empresa independentemente do peso do património imobiliário no capital dessa empresa, ou nos ativos da empresa, hoje já não seria possível se vendessem a empresa do Lagoas Park, independentemente de venderem não o património imobiliário, mas vendendo a empresa, hoje pagariam impostos e encaixaríamos mais trinta milhões de euros só com as vendas do Lagoas Park. -----

----- Este ano estamos ainda a fechar as contas, parte da Quinta da Fonte foi vendida são mais nove milhões de euros que recebemos em IMT decorrente da venda de escritórios, como devem entender como Vice-Presidente e tendo Pelouro das Finanças do Município, eu estou desejoso que o World Trade Center esteja concluído e começem a vender para nós começarmos a faturar IMT e a faturarmos o IMI da valorização daqueles escritórios. -----

-----Parte do crescimento e da receita do Concelho tem a ver com a qualificação do território em toda a sua extensão, daí o Município de Oeiras ser hoje per capita o Concelho mais rico do País, porque a sua faturação empresarial é a segunda mais elevada do País, nós fizemos as contas “per capita”, isto aconteceu em apenas trinta anos. -----

-----Permitam fazer um aparte sobre esta minha intervenção, eu costumo dizer que o País podia ser muito diferente, se adotasse, eu não estou a falar deste Governo, falo de todos os governos dos últimos vinte a vinte e cinco anos, o País podia ser particularmente diferente, se tivesse tido uma aposta mais ousada na criação de riqueza para transformação em qualidade de vida das pessoas, em riqueza para a população e bem-estar para a população. -----

-----Veja-se que o Concelho de Oeiras, ao mesmo tempo fez esta valorização do património imobiliário privado e do seu território como um todo com infraestruturação, daí também a aposta na infraestruturação das vias estruturantes, como seja nos jardins, nos melhores passeios, na qualidade urbana do espaço público. -----

-----Esta aposta que foi feita na parte privada e na qualificação do espaço público, também foi feita em mil novecentos e oitenta e cinco/oitenta e seis, desde aí até dois mil e três, numa aposta clara de valorização da habitação como um direito fundamental das pessoas. -----

-----É a dignificação da habitação como direito, que permite depois criar estes espaços empresariais e que ninguém tenha ilusões, não era possível criar o World Trade Center se estivessem as barracas ali ao lado como estavam há alguns anos atrás, como estava o Gato Preto ou a Pedreira dos Húngaros.-----

-----Foi preciso fazer todo um trabalho conjunto que é preciso salientar e é esse trabalho conjunto que cria o nosso modo de vida ou um modo de governo do Município de Oeiras, a estratégia de desenvolvimento que foi implementada que agora está a ser atualizada, mas que se mantém, genericamente a mesma, criação de riqueza para distribuição justa a seguir e criação de qualidade de vida das pessoas.-----

----- O destino universal dos bens antecede sempre a propriedade privada para nós, a dignidade das pessoas estará sempre à frente de tudo.-----

----- Dizer também, que há um imposto particularmente interessante no Concelho de Oeiras ou na estrutura da receita do Município que é o IUC, que no Município de Oeiras é muito interessante, não tanto pelo número de veículos que os particulares compram, mas porque está sediado no Concelho de Oeiras uma empresa, lá está a estratégia de captação de empresas para o Concelho de Oeiras, que é o maior contribuinte líquido para o nosso orçamento que é a LeasePlan, que é o maior operador privado do género em Portugal e felizmente todos os seus veículos estão registados no Concelho de Oeiras, o IUC reverte para nós o que muito nos satisfaz por volta de setembro, altura em que é feita a transferência. -----

----- Neste orçamento nós olhamos para as parcelas e olhando para as funções do orçamento vemos como eu vinha dizendo que a fatia de leão do orçamento está, exatamente nas funções sociais, nas funções gerais respeitantes à administração, Proteção Civil e à Polícia Municipal encontramos cerca de trinta e nove vírgula seis por cento do orçamento com setenta e nove milhões de euros. -----

----- Nas funções sociais, elas dizem respeito à vida das pessoas, à qualidade de vida do Concelho, à infraestruturação do Concelho, à aposta nesta qualidade de vida e neste nível de vida que nós procuramos sempre promover no ensino, na ação social, na habitação, no ordenamento do território, nas políticas ambientais que a Senhora Vereadora Joana Baptista já deixou aqui os números de crescimento no investimento das políticas de ambiente dos últimos anos. -----

----- Na última reunião de Câmara tivemos uma apresentação absolutamente extraordinária de recuperação da biodiversidade do Concelho de Oeiras nas últimas décadas, eu referi várias vezes que as ribeiras do Concelho muitas delas estavam mortas, foram recuperadas, foram tiradas das trevas, por assim dizer, também na educação, dizer que são bem-vindas as propostas do Partido Social Democrata da mentoria, mas na educação onde fizemos uma apost

única de universalização do acesso ao ensino superior, algum tempo eu via alguém que escrevia numa rede social do Concelho de Oeiras, porque é que não foi feito antes, não foi porque antes de gastar é preciso ganhar.-----

-----Este investimento na educação faz-se numa altura em que há recursos e há meios para o poder fazer, é preciso antes ter capacidade para gerar receita, primeiro geramos receita e depois podemos provocar investimentos, se não estamos a empobrecer permanentemente e permitam-me voltar aqui à política nacional e dizer-vos que os desafios do Século vinte e um, que é um século onde para ser competitivo é necessário conhecimento intensivo. -----

-----Há uma fábrica que tem cem por cento de trabalhadores licenciados em engenharia, não é possível ser operário sem ser engenheiro.-----

-----As funções administrativas e repetitivas serão feitas no futuro com recurso a máquinas e a inteligência artificial, o futuro faz-se de conhecimento e de criatividade, o conhecimento e a criatividade custam a educação e educação custa dinheiro, se nós não tivermos políticas de crescimento económico e desenvolvimento económico, não vamos ter recursos para concorrer no Século vinte e um, vamos ficar para trás. -----

-----Olhando para o exemplo de um país como a Coreia do Sul que em sessenta e um tinha um PIB muito parecido com o português e hoje é mais do dobro do português percebemos bem isto, o que é o investimento na criação de riqueza, a Coreia do Sul em mil novecentos e cinquenta/sessenta tinha saído há pouco tempo de uma guerra civil, tinha zero multinacionais, hoje tem mais de cinco ou seis e tem multinacionais líderes mundialmente, nós continuamos sem ter uma única empresa de grande dimensão internacional, tivemos a PT, infelizmente, foi destruída por ação de outros, tivemos a EDP também foi destruída por ação de outros.-----

-----O nosso modelo assenta essencialmente na criação de riqueza para geração de qualidade de vida e projeção do futuro. -----

-----Nas funções sociais quero destacar o investimento na cultura onde estão destinados

catorze milhões de euros, dizer-vos também que estes valores são meramente indicativos nesta fase, porque vão ser reforçados ainda mais, na primeira revisão orçamental, por isso mesmo, dizer que este é, sobretudo, um orçamento de continuidade, um orçamento que continua numa lógica que foi sufragado em dois mil e dezassete.-----

----- Em dois mil e dezassete o programa eleitoral dizia que não era um programa para o mandato, era um programa para vários mandatos, no mínimo para três mandatos, não era uma imposição nossa, o programa que nós púnhamos e a estratégia que tínhamos era uma estratégia de longo prazo, mas as estratégias são adequadas pela tática a todo o momento, podem ser definidas por quem tem legitimidade e a legitimidade vem do voto.-----

----- Esta estratégia de desenvolvimento recuperada em dois mil e dezassete e que foi novamente sufragada com os resultados conhecidos em vinte e seis de setembro deste ano, assenta nestes pilares fundamentais, a apostar na atividade empresarial para a geração de receita e de meios para a qualidade de vida das pessoas, investimento, qualificação do território, dizer que, nos últimos anos na qualificação do território e na transformação ou na criação das Smart City foi feito um trabalho silencioso sobre esta matéria.-----

----- Nós em dois mil e dezassete tínhamos zero carregadores em espaço público, não vou repetir o número de carregadores que foram instalados, tínhamos zero metros quadrados cobertos por rede Lora, a rede da Internet das coisas, atualmente todo o Município de Oeiras está coberto por rede Lora, a tal Internet que nos permite agora lançar a sensorização do território, de modo capaz. -----

----- Tínhamos zero metros de fibra ótica municipal instalada, hoje o nosso primeiro anel de fibra ótica já está instalado e continuamos a instalar a fibra ótica para ligar todos os edifícios públicos ou de interesse público do Concelho. -----

----- Permitam-me a ousadia e a falsa modéstia, mas não conheço nenhum município que esteja a fazer ao mesmo tempo, tanta coisa quanto o Município de Oeiras reconhecendo o bom

trabalho de alguns colegas nossos, mas somos muito orgulhosos daquilo que temos vindo a fazer.

-----Dizer também, sobre as propostas apresentadas pelo Senhor Vereador Fernando Curto, terá que ser introduzido na primeira revisão orçamental, aquelas ideias têm que ser transformadas em projetos concretos para ser devidamente orçamentadas, para sabermos aquilo que já está feito, aquilo que vamos fazer. -----

-----Eu falava há pouco da recuperação das ribeiras, o Partido Socialista bem falou da importância da recuperação das ribeiras, muito já foi feito e é preciso perceber onde é que a vossa proposta se enquadra, quanto é que custa para poder ser enriquecido o orçamento e a estratégia do Município, nesse âmbito. -----

-----Quanto aos informáticos, tocou num ponto muito sensível para mim, o pelouro da informática esteve perdido durante muito tempo no Município.-----

-----O Município de Oeiras e é preciso dizê-lo, deixou-se atrasar durante alguns anos em matéria de informática, quando tomámos posse em dois mil e dezassete, havia máquinas no Município de Oeiras com dez anos ao serviço, hoje uma máquina está a obsolescência a partir dos quatro, seis anos, imaginem o que é ter um parque de máquinas com uma idade média de seis anos, o Município com mais capacidade tecnológica instalado em Portugal, trinta por cento da capacidade tecnológica está instalada em Oeiras, não se comprava computadores. -----

-----Fizemos um programa para aquisição e substituição de todo o parque de máquinas do Concelho, na primeira reunião que tive com o Serviço de Informática pediram-me mil e trezentos computadores e eu expliquei ao então Chefe de Divisão, que se eu fosse ter com o Presidente e lhe fosse pedir cerca de mil e trezentos contadores de uma vez tirava-me alguns pelouros, provavelmente, o que pedi foi um projeto a quatro anos de substituição das máquinas, foi isso que fizemos e é isso que temos vindo a fazer. -----

-----Em paralelo com isso continuamos a fornecer equipamento informático à Polícia, às autoridades de saúde do Concelho de Oeiras, as quais sobreviveram durante a pandemia com

computadores, tablets e telemóveis oferecidos pelo Município. -----

----- No Concelho de Oeiras as esquadras de polícia vivem com equipamento informático que o Município de Oeiras entrega, as associações e ainda agora a Associação Pombal Vinte e Um, devido ao ensino apoiado, pediram mais computadores, as escolas têm um parque de máquinas altamente renovado, foi feito um trabalho extraordinário, quer ao nível de infraestruturação do Concelho, quer ao nível das máquinas e da atualização de programas. -----

----- Referir ainda, que quando chegámos em dois mil e dezassete, o Município de Oeiras era um município pirata ao nível da informática, usava aplicações informáticas e eu tenho que dizer isto, porque é preciso que se saiba, que não pagava, o que é inadmissível a administração pública fazer uma coisa destas, usar licenças que não estava a pagar, é uma vergonha, mas isso foi ultrapassado. -----

----- Os nossos arquitetos não podiam trabalhar durante parte do seu dia, porque não havia licenças suficientes para poderem desenhar as peças do seu trabalho, tudo isso foi ultrapassado num grande esforço, que muito se deve a uma equipa de informática que só por amor à causa pública e eu excluo-me, é meu pelouro, mas retiro-me disso, porque a equipa de informática tem que ter muito carinho e muito amor pela causa pública, porque os dirigentes que nós temos na informática, atualmente substituímos um deles, o Doutor Tito, que teve que sair, quis estar mais perto de casa, mas quer o doutor Barreira Martins, quer o doutor Ricardo Mendes, quer o doutor Tito fizeram um trabalho absolutamente notável, é uma das equipas que mais bem funciona em conjunto, não vou dizer melhor, mais bem funciona em conjunto, muito empenhados, com grande respeito pela causa pública, todos eles funcionários de topo da administração pública portuguesa, notáveis, teriam lugar em qualquer instituto público, qualquer a nível da administração, por alguma razão o nosso Diretor de Departamento já foi Diretor do Centro Nacional de Cibersegurança, já foi responsável da cibersegurança do Estado Português, tinha lugar em qualquer empresa. -----

-----Nós tivemos um Chefe de Divisão há uns anos que ganhava mil e setecentos euros líquidos, quando saiu deste cargo foi ganhar cinco mil e quinhentos euros e todos eles têm propostas dessa natureza, para não triplicarem ou quadruplicarem o ordenado, é preciso ter muito carinho e muito respeito e devoção à causa pública e a eles o meu reconhecimento.-----

-----Não quero terminar, sem novamente agradecer o trabalho da equipa da Divisão de Planeamento Orçamento e Controlo, na pessoa da doutora Cátia, e estender este agradecimento a todos os Serviços do Município, porque o orçamento é construído por todos os Serviços.-----

-----A Senhora Vereadora Joana Baptista já referiu isso, tal como outros vereadores, o Senhor Vereador Armando Soares também o disse, que há um envolvimento de toda a estrutura municipal para conspirar se este orçamento.-----

-----As eleições foram dia vinte e seis de setembro, tomámos posse no final do mês de outubro, estamos antes do Natal a aprovar na Câmara e esperemos que também na Assembleia Municipal o orçamento para o ano de dois mil e vinte e dois, permitindo que no início desse ano não estejamos pressionados com esta aprovação, estaremos com a revisão, mas aí já é só uma adaptação do nosso instrumento, não estamos em duodécimos, ainda que a lei nos permitisse, isto é, sobretudo vosso trabalho, o nosso é mais de orientação e de acompanhamento a todos vós mais uma vez o nosso agradecimento, também à doutora Paula Saraiva, a todos o nosso agradecimento e agradecer também aos meus colegas de Executivo, por me terem ajudado nesta tarefa de construção do orçamento, particularmente, nestes últimos dez dias que não têm sido fáceis para ninguém na Câmara Municipal de Oeiras.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Bruno Magro, Alexandre Poço e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Plano de Desenvolvimento Estratégico.-----

----- As Grandes Opções do Plano para o ano dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco (e seguintes), que incluem segundo a natureza da despesa, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Mais Relevantes. -----

----- O Orçamento da Receita e Orçamento da Despesa. -----

----- O Mapa e Orçamento de Pessoal para dois mil e vinte e dois. -----

----- A submissão para aprovação pela Assembleia Municipal, dos documentos mencionados nos pontos anteriores. -----

----- Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, pelo Executivo, nos casos em que os mesmos não impliquem aumento global da despesa. -----

----- Nos termos das alíneas c) e ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro e das alíneas a) e o), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Alínea c), do número um, do artigo sexto, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e no artigo décimo segundo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro e Decreto-Lei número cento e noventa e dois, de dois mil e quinze, de onze de setembro. -----

----- **III - A Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Apresentar de forma muito breve a nossa análise económica e política destas Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Oeiras e as razões que nos levam a votar contra, razões essas que certamente analisaremos, o grupo político Evoluir Oeiras, em maior detalhe, aquando da discussão nesta mesma sala e votação na Assembleia Municipal. --

----- Os doze objetivos estratégicos que aqui estão merecem o nosso acordo, qualquer pessoa de bom senso estará de acordo com estas proclamações que aqui estão, designadamente na área da educação e noutras, há programas e planos que saudamos. -----

-----Mas os números não validam as intenções enunciadas ao nível estratégico e os números são particularmente importantes neste que é o primeiro ano do mandato. Eles fixam a visão do Executivo para todo o período de exercício da sua liderança e o plano plurianual de investimentos dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e seis é particularmente esclarecedor quanto ao que se quer fazer de novo e de grande impacto com os meios financeiros disponíveis. -

-----E o que nos dizem os grandes números quanto a este mandato? -----

-----Dizem-nos cinco coisas. -----

-----Primeiro, o tempo da folga orçamental terminou, dois mil e vinte e dois ainda conseguirá encerrar as suas contas com saldo zero, mas apenas graças à incorporação da última fatia de doze milhões de euros de saldo orçamental vindo do ano passado, esse pé-de-meia esgotou-se. -----

-----Segundo, a despesa fortemente expansionista dos últimos anos não disporá a partir de dois mil e vinte e três de meios próprios, a receita crescerá ano a ano, somente entre três e cinco milhões de euros, o grau de liberdade para fazer coisas novas está quantificado no próprio texto, três por cento da despesa total.-----

-----Terceiro, ainda assim o orçamento de dois mil e vinte e três dá um salto extraordinário de mais vinte e dois vírgula cinco por cento. -----

-----E como?-----

-----Devido à entrada em cena de vinte e um milhões de euros a mais nas transferências da Administração Central e de outras entidades. Em dois mil e vinte e quatro trinta milhões a mais, em dois mil e vinte e cinco onze milhões. -----

-----E que chuva de milhões será esta? Serão as verbas do Plano de Recuperação e Resiliência, a chamada “Bazuca Europeia”, estará o Executivo também a contar já com uma primeira fatia dos vinte e cinco milhões em caso de a candidatura de Oeiras Vinte e Sete triunfar?

-----O que é estranho é que não se explica no documento, nem uma palavra sobre isto,

que é o que verdadeiramente marca na visão do Executivo a atividade municipal entre dois mil e vinte e três e o final do mandato. -----

----- Na questão financeira principal destas Grandes Opções do Plano e Orçamento reina aqui o “O” de opacidade.-----

----- Quarto, nas despesas de investimento, temos dois elefantes na sala, as duas grandes obras que se destacam nos próximos quatro anos, o Fórum Municipal e o Templo da Água, do qual falarei mais tarde. -----

----- O Fórum Municipal apresentado enquanto projeto em julho de dois mil e dezasseis custaria uns trinta e seis milhões de euros. A obra adjudicada em outubro de dois mil e vinte já foi por uns quarenta e cinco milhões. -----

----- No plano plurianual de investimentos de dois mil e vinte e um, feitas as contas já ia em cinquenta e três milhões de euros e no respetivo documento para dois mil e vinte e dois aos gastos efetivos de dois mil e vinte e um há que somar quarenta e nove milhões até dois mil e vinte e cinco e os setecentos e vinte dias de obra espraiam-se para quase o dobro do tempo de construção, ou seja, a análise custo/benefício estará errada, não se consegue amortizar nos mesmos “x” anos uma obra muito mais cara, não poderá ser amortizada no mesmo tempo. -----

----- Quinto, não surpreende assim que, em todas as componentes de uma verdadeira agenda verde, cada vez mais inadiável, não se ponham números às palavras bonitas e até se continuem a fazer investimentos em contraciclo, nomeadamente mais infraestruturas rodoviárias.

----- Não se responde à pobreza energética com as obras necessárias no âmbito de um programa de conforto térmico e eficiência energética nos bairros municipais, dá-se apenas o cheque para o aquecimento, nem na eficiência térmica dos edifícios desde logo nos bairros municipais, nem na produção fotovoltaica de eletricidade, nem nos meios suaves de mobilidade, nem na construção de uma rede coerente de ciclovias, nem na criação de um serviço de partilha de bicicletas ou trotinetes, nem na transformação dos atualmente disfuncionais Combus e Valley

Shuttle em meios coletivos de transporte que satisfaçam efetivamente a procura existente, nem na acalmia de tráfego nos bairros residenciais do Concelho, nem nas medidas operacionais que protejam o que resta da Serra de Carnaxide, nem na cultura estão assegurados todos os investimentos ex-libris da tão anunciada candidatura a Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete, como por exemplo, o Centro de Arte Contemporânea no requalificado Convento da Cartuxa. -----

-----Finalmente, os propósitos dos Serviços para dois mil e vinte e dois são ambiciosos e não pouparam nas palavras, mas o Executivo poupa nos números, que fariam as palavras passar à prática.-----

-----Pelo exposto, as Grandes Opções do Plano e orçamento dois mil e vinte e dois da Câmara de Oeiras exibem, quanto a nós, manifesto, défice de credibilidade que só pode merecer o nosso voto contra.” -----

-----**O Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Há uma questão que o Senhor Vereador Bruno Magro trouxe que eu não respondi sobre o Plano de Recuperação e Resiliência. -----

-----Temos no IHRU, que o Senhor Vereador Nuno Neto já falou, temos os quatrocentos milhões de euros que enviamos para o Plano de Recuperação e Resiliência e temos alguns pré-compromissos referente a uma área particularmente sensível que é a dos transportes.-----

-----Por exemplo, há uma verba acordada para o SATUO, há uma outra verba acordada para o elétrico rápido, portanto, já há dinheiro acordado, destinado para determinadas áreas, mas ainda não está efetivamente contratualizado.-----

-----Depois permitam-me só dizer que em mil novecentos e oitenta e cinco, quando o Senhor Presidente disse que ia erradicar as barracas, chamaram-lhe maluco, depois disse que ia trazer as empresas para o Concelho de Oeiras, chamaram-lhe maluco.-----

-----Em dois mil e sete ou dois mil e oito, não era possível fazer a segunda fase do Parque

dos Poetas, havia muito pouco Vereador, senão nenhum, que quisesse votar a segunda fase do Parque dos Poetas. -----

----- Eu convidava os Senhores Vereadores a visitarem uma obra muito interessante, que é o novo edifício administrativo da Câmara, mas antes de irmos ao novo edifício administrativo da Câmara para visitarem o sótão do palácio, onde estão lá alguns funcionários da Câmara a trabalhar, mas visitar agora quando está muito frio e húmido e depois no verão quando está muito quente e insuportável e, ao mesmo tempo, a Senhora Vereadora Joana Baptista de certeza que está disponível para ajudar nessa visita, pedirem aos serviços da DGEP e DEM para explicarem a carga ou sobrecarga permanente ou quase permanente em que a eletricidade do Palácio está.-----

----- Como devem imaginar a infraestrutura elétrica do Palácio é um bocadinho antiga.----

----- Depois naqueles dias que chove muito e que a doutora Vera Carvalho está desesperada, porque a água começa a sair por todos os lados no Palácio, vão também visitar os funcionários que estão ali a trabalhar, particularmente na Financeira, no edifício Paços do Concelho, e ver no atendimento em que condições as pessoas estão à espera. -----

----- Também temos que ir visitar a Contratação Pública e depois a seguir a isso, vão como um cidadão portador de deficiência motora e levem-no a ser recebido pelo Senhor Presidente da Câmara no primeiro piso e não o ajudem a subir ao piso da presidência, porque não consegue subir. -----

----- O novo edifício dos Paços do Concelho, não é uma opção, é um determinismo, é uma necessidade.-----

----- Eu não quero ir muito longe e dizer que estar contra o edifício é falta de respeito pelos trabalhadores da Câmara e pelos municíipes, não vou dizer isso, mas apenas gostava que as críticas fossem feitas com conhecimento de causa e com a noção das condições de trabalho ou da falta delas que os funcionários têm, o edifício é necessário, não é agora, era desde dois mil, dois mil e pouco que vem sendo adiado. O Concelho e os funcionários do Município fizeram muito

pelo desenvolvimento do Concelho e fez-se muito pouco pelo bem estar dos funcionários e pelas suas condições de trabalho, portanto, esta é altura da Câmara também dar aos seus funcionários melhores condições de trabalho.-----

-----Depois há outras obras que são muito importantes, o Museu da Água já falámos e falaremos mais à frente.-----

-----Vou-vos falar de uma outra obra, o Centro de Congressos e Exposições que ainda não está aqui, mas tem que estar.-----

-----Se nós falarmos com as empresas que estão no Concelho terão noção, eu não sei se os Senhores Vereadores têm noção do que é o mercado das “veneus” ali a Senhora Vereadora Carla Rocha tem que ter noção disso.-----

-----Horas de exposição solar de Lisboa em comparação com Genebra, Madrid, Londres, Paris e Viena, porque é que eu falo destas cidades, estas cidades são as cidades do centro ou da Europa Ocidental que mais captam exposições e congressos, mercado das “veneus”.-----

-----Horas de exposição solar de Lisboa, mais do que qualquer uma delas, preço médio do alojamento em hotel mais baixo do que qualquer uma delas, preço médio de alimentação em restauração, mais baixo do que qualquer uma delas, significa isso que nós temos condições de capacidade competitiva únicas que não estamos a aproveitar.-----

-----O Centro de Congressos e Exposições não é uma prioridade de agora era uma prioridade de há quinze anos, já devia estar feito, portanto, terá de ser feito.-----

-----O investimento no Centro de Congressos e Exposições é um investimento altamente reprodutivo, não no centro de congressos, porque nós não podemos olhar para um equipamento e para a mais-valia desse equipamento isoladamente do contexto, mas para toda a atividade económica do Concelho, para as empresas que estão atualmente a alugar espaços fora do Concelho para fazer os seus encontros, se falarem com os CEO das empresas verão que não é um, nem dois, nem dez, nem trinta, nem quarenta, porque não têm salas para fazer esses

encontros.-----

----- Para a restauração.-----

----- Para hotelaria.-----

----- Para o desenvolvimento de hotelaria.-----

----- Não há nenhum centro de congressos que não motive o desenvolvimento de hotelaria, por alguma razão o Hotel Real já está onde está desde há vinte anos. Está ali, porque é suposto haver ali um Centro de Congressos e Exposições.-----

----- Portanto, há investimentos que são determinismos se nós quisermos mantermo-nos competitivos.-----

----- Quando nós paramos de ser competitivos, nós não estamos no mesmo lugar, estamos para trás, porque os outros não estão parados, ninguém para à nossa espera, portanto, nós temos que continuar a competir, porque o mundo é competitivo, o sistema é competitivo e nós temos que ser competitivos neste sistema, não há outro para estar, portanto, há algumas intervenções que são estruturantes.-----

----- Depois dizer que Oeiras por alguma razão não tem endividamento, tem uma capacidade de endividamento quase única no quadro dos Municípios Portugueses, tem porque não foi necessário fazer este endividamento e o endividamento de Oeiras foi nas últimas décadas sempre feito para investimento.-----

----- O endividamento serve para investir, serve para criar riqueza e depois, naturalmente é pago e permite o crescimento da economia que nos cria a riqueza e nos cria a qualidade de vida.”

----- **IV - O Senhor Vereador Bruno Magro** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Analizados os documentos apresentados e após análise fina e cuidada ao seu conteúdo o Partido Socialista constata que de uma forma geral o documento reflete a estratégia e a visão do programa eleitoral que foi a votos em setembro último e que foi votado de forma expressiva pelos municíipes.-----

-----Embora não reflita a visão estratégica que temos para o Concelho, o Partido Socialista, partido democrata que é, respeita não só os vencedores, como assume um papel participativo que reflita, também, o papel que foi confiado pelos oeirenses. -----

-----Assumimos, uma oposição responsável e que defenda verdadeiramente os interesses dos oeirenses, na defesa do seu bem-estar, na gestão criteriosa do território, na gestão e prevenção ambiental, no apoio social entre outras áreas que interferem diretamente na qualidade de vida de quem cá mora, trabalha e/ ou estuda. -----

-----Neste contexto, o Partido Socialista decidiu apresentar propostas ao Executivo Municipal com vista a contribuir em algumas áreas gerais que incidem diretamente no quotidiano do Município, no desenvolvimento sustentável, no bem-estar animal, na igualdade de género e no desenvolvimento turístico.-----

-----Em relação ao documento apresentado, apesar do mesmo retratar o Concelho e o seu desenvolvimento de uma forma muito simpática, (sabemos que há áreas que são fulcrais como o desenvolvimento humano e territorial que precisam de uma atuação mais urgente por parte do Executivo), preocupa-nos o facto de cerca de noventa e quatro por cento do orçamento para dois mil e vinte e dois já estar comprometido, restando uma pequena parte para o desenvolvimento de novos projetos. -----

-----Preocupa-nos também, o facto de não serem considerados cenários como a subida da inflação, uma vez que todos os indicadores económicos apresentam essa tendência, o que levará a alteração da realidade prevista. -----

-----Também verificamos com algumas reservas, a aposta no bem-estar animal, uma vez que e como se traduz no texto, Oeiras é dos Municípios em que mais animais de companhia fazem parte dos agregados familiares. Sendo estes, em muitos casos a única companhia para muitos dos idosos no nosso Concelho, sabendo que cuidar e tratar de um animal, tem por vezes, custos elevados, acreditamos que o Executivo podia ir mais longe nesta área.-----

----- E relativamente a uma área tão estratégica como a do turismo, área que pode catapultar o crescimento económico do Concelho, entendemos que deve ser repensado o valor hoje proposto no orçamento, bem como, a definição de prioridades. -----

----- As características territoriais, históricas, gastronómicas e campestres do Concelho, podem potenciar esta área de negócio, trazendo mais recursos para o Município. Aliás, o próprio documento refere que se devem encontrar outras formas de financiamento, pelo facto, de grande parte da receita já estar comprometida a valores demasiadamente altos. -----

----- Bem sabemos que o Executivo defende que a autarquia não serve para fazer poupança, mas sim para resolver os problemas dos cidadãos e concordamos, contudo, não podemos deixar de fazer refletir sobre o facto do saldo de gerência dos anos transatos se esgotar no final de dois mil e vinte e um, uma vez que face às incertezas futuras, seria prudente gerir esta situação de uma forma diferente. -----

----- No que toca aos impostos, é com agrado que verificamos a manutenção da taxa do IMI, taxa esta defendida pelo Partido Socialista desde dois mil e nove. -----

----- Em relação à Derrama, o facto de se manter as isenções do passado é algo que nos agrada, mas manter a taxa de um vírgula quatro por cento sobre os lucros tributáveis é uma matéria em que consideramos que se poderia ir mais longe. Mas, na verdade, e face a incerteza que a pandemia ainda nos trás, não temos uma posição dogmática quanto a esta matéria. -----

----- O mesmo se coloca na percentagem do IRS, em que observamos com agrado que a tendência tem sido de descida, gradual, mas lenta. O Partido Socialista sempre se bateu por uma redução significativa deste imposto. Aliás, como todos podem verificar, os Concelhos que fazem fronteira com Oeiras e que são geridos pelo Partido Socialista, são os que beneficiam mais os seus residentes, uma vez que cobram as taxas mais baixas deste imposto, ao contrário dos que são geridos pela direita ou que tiveram nos seus executivos que cobram as taxas mais altas, tendo uma delas cobrado sempre a taxa máxima deste imposto. -----

-----Esta afirmação aqui e agora só é importante, pois este é um imposto que ao ser reduzido, ajuda todos de forma equitativa. Aliás é sempre curioso ouvir os discursos dos líderes partidários nacionais defenderem a descida dos impostos, mas quando se trata de prescindir de um pouco de receita, ao nível local, a decisão já é outra. -----

-----Também registamos o reforço do investimento atribuído à cultura, tanto no que diz respeito às AMR e ao PPI representando sete por cento do valor global, ao invés dos três ponto oito do orçamento de dois mil e vinte e um. -----

-----Reforçamos que o investimento na defesa do ambiente, ao contrário do que muitas vezes se diz, demonstra uma aposta do Município, dado que representa cerca de vinte e cinco milhões de euros. -----

-----Assim, e fazendo uma avaliação global satisfatória do conteúdo do documento e da estratégia seguida, e considerando que o Executivo aceitou incorporar grande parte das medidas apresentadas pelo Partido Socialista, votamos a favor das GOP e Orçamento dois mil e vinte e dois.”-----

3 - PROPOSTA N°. 986/21 - DPOC - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTE AO ANO DE 2021 A LIQUIDAR EM 2022:-----

-----I - **A Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou o seguinte:-----
-----“Relativamente a esta proposta, concordo e saúdo a proposta na sua globalidade, mas discordo da formulação demasiado vaga do ponto sete.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** leu o seguinte:-----
-----“...Sete. No que se refere aos prédios urbanos devolutos ou em ruínas, é nossa intenção futuramente desencadear os procedimentos e diligências necessários à aplicação da majoração prevista na alínea a), do número três, do artigo centésimo décimo segundo, do CIMI...”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou o seguinte:-----

----- “Refere futuramente.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente** observou o seguinte:-----

----- “Sim, porque por enquanto é uma intenção.”-----

----- **O Senhor Vereador Bruno Magro** disse o seguinte: -----

----- “Sobre essa matéria e sobre esse mesmo ponto faz todo o sentido essa majoração, mas uma vez que é a Autoridade Tributária que faz a cobrança desse imposto e depois transfere para o Município, e não estando a Autoridade Tributária capaz de fazer a identificação destes imóveis, que mecanismos é que o Município pretende tomar ou de que forma se está a organizar para de uma forma efetiva poder identificar o que está em ruínas ou devoluto?-----

----- Sei que é uma tarefa difícil, não é fácil, mas se há essa intenção é porque já foi pensada forma de atuar sobre ela, para comunicar à Autoridade Tributária que aquele edifício está em ruína ou devoluto e por isso cobrar mais três por cento. -----

----- A operacionalização não me parece fácil, mas se está cá a intenção, deve por ter sido pensada.” - -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** observou o seguinte:-----

----- “Tem que ser feito o levantamento de todo o património imobiliário do Concelho, e não é fácil, porque mesmo o património imobiliário do Município também não é fácil gerir em toda a sua extensão, por isso muito mais complicado será todo o património imobiliário do Concelho, mas esse levantamento terá que ser feito e levará muito tempo a ser feito em toda a sua extensão.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Bruno Magro, Alexandre Poço e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a submissão à Assembleia Municipal para deliberação, nos termos do artigo vigésimo quinto, número um, alínea d), da Lei

número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo centésimo décimo segundo e décimo segundo-A, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis: -----

-----A manutenção da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em zero vírgula oito por cento para prédios rústicos e zero vírgula trinta por cento para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), para o ano de dois mil e vinte e um, a liquidar em dois mil e vinte e dois, conforme alíneas a) e c), do número um, do artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI);---

-----Fixar uma redução de vinte por cento da taxa de IMI aplicável para prédios urbanos arrendados para habitação, nos termos do número sete, do artigo centésimo décimo segundo, do CIMI, desde que a renda mensal não ultrapasse os seguintes valores: -----

-----T Zero e T Um - quatrocentos euros; -----
-----T Dois - setecentos e cinquenta euros; -----
-----T Três - novecentos euros; -----
-----T Quatro e superior - mil e duzentos euros. -----

-----Fixar como data limite para qualquer município poder apresentar requerimento a solicitar o benefício fiscal, as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos, do dia vinte de dezembro; -----

-----Fixar uma redução até cinquenta por cento da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n), do número um, do artigo quadragésimo quarto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais; -----

-----Fixar uma redução de vinte e cinco por cento da taxa de IMI aos prédios urbanos com eficiência energética, nos termos do disposto nos números um e dois, do artigo quadragésimo quarto-B, do Estatuto dos Benefícios Fiscais; -----

----- Aplicar a dedução fixa de Imposto Municipal sobre Imóveis atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário a trinta e um de dezembro, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo centésimo décimo segundo-A, do código do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

----- Majoração em trinta por cento da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do disposto no número oito, do artigo centésimo décimo segundo, do CIMI; -----

----- No que se refere aos prédios urbanos devolutos ou em ruínas, é nossa intenção futuramente desencadear os procedimentos e diligências necessários à aplicação da majoração prevista na alínea a), do número três, do artigo centésimo décimo segundo, do CIMI; -----

----- No domínio do apoio à reabilitação urbana, aplicar as seguintes medidas, que densificam os conceitos do Estatuto dos Benefícios Fiscais: -----

----- a) Conceder isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis por um período de três anos a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente, conforme alínea a), do número dois e número seis, do artigo quadragésimo quinto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais; -----

----- b) Conceder isenção total do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição, conforme alínea b), do número dois, do artigo quadragésimo quinto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais; -----

----- c) Conceder isenção total do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de

Imóveis na primeira transmissão onerosa subsequente à intervenção de reabilitação a afetar a arrendamento para habitação permanente ou habitação própria e permanente, quando localizado em área de reabilitação urbana, conforme alínea c), do número dois, do artigo quadragésimo quinto, do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

-----Comunicar à Autoridade Tributária Aduaneira a deliberação da Assembleia Municipal, até trinta e um de dezembro, nos termos do número catorze, do artigo centésimo décimo segundo, do Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e três, de doze de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei número quarenta e um, de dois mil e dezasseis, de um de agosto. -----

-----III - **O Senhor Vereador Bruno Magro** fez a seguinte declaração de voto. -----

-----“É com agrado que verificamos a manutenção da taxa da mínima do IMI, taxa esta defendida pelo Partido Socialista desde dois mil e nove. -----

-----Também registamos com agrado a manutenção dos benefícios fiscais de anos anteriores, para os prédios que cumpram os critérios definidos e apresentados na proposta.-----

-----Aliás, recordamos que em maio de dois mil e vinte, o Partido Socialista apresentou um programa de recuperação económica, para fazer face aos constrangimentos que a pandemia podia causar, esta medida constava nesse documento. -----

-----Sendo uma reivindicação antiga do Partido Socialista, votámos favoravelmente a manutenção da cobrança deste imposto na sua taxa mínima.” -----

4 - PROPOSTA Nº. 987/21 - DPOC - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES PARA 2022: -----

-----I - **A Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou o seguinte: -----

-----“Relativamente a esta proposta tenho uma questão.-----

-----Ao determinar a taxa de quatro vírgula sete por cento na participação do Município do IRS dos sujeitos passivos com domicílio no Concelho isto configura uma devolução de zero

vírgula três por cento aos municípios ou quatro vírgula sete por cento?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** respondeu o seguinte: -----

----- “A devolução é de zero vírgula três por cento.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Bruno Magro e abstenção dos Senhores Vereadores Alexandre Poço e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a taxa de quatro vírgula sete por cento na participação do Município de Oeiras no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Oeiras, aplicada aos rendimentos de dois mil e vinte e dois, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no número um, do artigo septuagésimo oitavo-A, do Código do Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares, configurando receita municipal em dois mil e vinte e três. -----

----- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, artigo vigésimo sexto. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, artigo vigésimo quinto, número um, alínea c) e artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ccc). -----

----- Código do Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares número um, do artigo septuagésimo oitavo. -----

----- III - **O Senhor Vereador Alexandre Poço** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Registei com muito agrado a posição do Senhor Vereador Bruno Magro, do Partido Socialista, relativamente a uma descida dos impostos, com o programa político que nos apresentou poderia ser um excelente Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, não fosse provável que o seu partido já não forme o próximo Governo, mas concordo muito com a visão que aqui expressou, sobre uma descida de impostos tendo em conta que os portugueses,

agregados familiares, as empresas, todos, vivem soterrados no célebre vendaval de taxas e taxinhas que infelizmente temos no nosso País.-----

-----Para fundamentar a minha abstenção gostaria de dizer, fazendo uma análise global, desde dois mil e dezassete temos tido uma redução gradual para não afetar a receita do Município desta participação variável no IRS desde os cinco por cento em dois e dezassete, quatro vírgula oito em dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, quatro vírgula sete em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um e agora a proposta de se continuar para dois mil e vinte e dois com quatro vírgula sete.-----

-----Ao consultar a análise feita de cenários caso se tivesse optado por uma redução, a continuidade de fazer dois anos na taxa de quatro vírgula oito e depois dois anos de quatro vírgula sete e, se calhar, fazemos mais dois anos de quatro vírgula cinco implicaria em dois mil e vinte e dois uma redução na receita de oitocentos e sessenta mil euros, de acordo com o que foi entregue na fundamentação da proposta.-----

-----De elementos da análise que foi feita o peso da receita corrente do Município não tem sido afetada, ou seja, esta diminuição da participação variável do IRS não tem afetado significativamente a receita corrente do Município e por isso podemos concluir que a redução que tem acontecido no âmbito do IRS não tem afetado significativamente as receitas municipais, por isso, penso que se poderia ter ido mais longe na tal trajetória dos cinco por cento, parou-se nos quatro vírgula sete por cento, por isso o meu voto de abstenção.” -----

-----IV - **A Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“A minha declaração de voto vai no sentido totalmente diferente.-----

-----A devolução do IRS pelos Municípios é uma medida fiscal regressiva, pois beneficia quem paga IRS, que são as pessoas dos escalões médios e altos, ou seja, quem tem mais rendimentos, a devolução de zero vírgula três por cento do IRS apenas beneficiará estas pessoas, já que quem não paga IRS nada receberá, portanto esses fundos estariam em teoria melhor

alocados nas mãos do Município que tem maior potencial de servir agentes redistributivos que qualquer agente privado. -----

----- Não voto contra porque apesar de quatro vírgula sete por cento de participação é alto e não é proposto decrescer esse valor.” -----

----- **V - O Senhor Vice-Presidente** mencionou o seguinte:-----

----- “Compreendendo as vossas questões gostaria de dizer que a receita do IRS nos Municípios, resulta de um acordo feito nos finais dos anos noventa e tem a ver com o facto de não recebermos o Fundo Municipal, nós somos duplamente prejudicados, como fizemos um percurso de desenvolvimento e de crescimento económico deixamos de receber transferências diretamente do Orçamento de Estado para o Município de Oeiras e depois somos objeto de censura por não cortarmos ainda mais, é “pescadinha de rabo na boca”. -----

----- Eu acompanharia a Senhora Vereadora Carla Castelo, ainda que devolver dinheiro do IRS beneficia quem paga, não são só os ricos, eu não sou rico, longe disso, e pago IRS, e o que me é devolvido, e os escalões mais baixos que pagam IRS quando lhes é devolvido zero vírgula três por cento faz alguma diferença, para quem tem pouco faz muita diferença, quem ganhar mil euros se lhe derem cem euros faz muita diferença, a quem ganha vinte mil euros se lhe derem os mesmos zero vírgula três por cento não têm problema, mas quem ganha pouco tudo conta alguma coisa. -----

----- Apesar disto em algumas circunstâncias devolver dinheiro a quem paga mais e quem necessitaria menos deste retorno, também beneficia as famílias da classe média/baixa, que já estão suficientemente empobrecidas neste País, até porque a economia não cresce, se crescesse mais não teríamos de ter preocupações desta natureza, porque a classe média/baixa teria recursos e as classes mais baixas teriam apoios sociais mais fortes que lhe permitiram uma vida mais digna, mas na conjuntura atual da nossa sociedade quem ganha menos isto faz alguma diferença, por isso esta nossa opção.”-----

-----VI - O Senhor Vereador Bruno Magro fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Sobre o IRS, observamos com agrado que a tendência tem sido de descida, gradual, mas lenta. O Partido Socialista sempre se bateu por uma redução significativa deste imposto. Aliás, como todos podem verificar, os concelhos que fazem fronteira com Oeiras e que são geridos pelo Partido Socialista, são os que beneficiam mais os seus residentes, uma vez que cobram as taxas mais baixas deste imposto, ao contrário dois que são geridos pela direita ou que a tiveram nos seus executivos que cobram as taxas mais altas, tendo uma delas cobrado sempre taxa máxima deste imposto.-----

-----Assim, e visto que a proposta vai ao encontro do que o Partido Socialista defende, votámos a favor da proposta apresentada.” -----

5 - PROPOSTA Nº. 988/21 - DPOC - LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2021 A SER COBRADA EM 2022:-----

-----I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Bruno Magro, Alexandre Poço e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a manutenção da Derrama à taxa de um vírgula quatro por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC gerado no Município de Oeiras referente ao ano de dois mil e vinte e um, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros.-----

-----A isenção da Derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros.-----

-----Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Nos termos da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, no que respeita ao número dois e ao número três, do artigo décimo sexto, ao artigo décimo sétimo, ao número um, do artigo décimo oitavo, aos artigos número vinte e dois e número vinte e três e

alínea d), do número um, do artigo vigésimo quinto. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, no que respeita à alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro. -----

----- **II - O Senhor Vereador Bruno Magro** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “No que toca à Derrama, o facto de se manter as isenções do passado, é algo que nos agrada, mas manter a taxa de um vírgula quatro por cento sobre os lucros tributáveis é uma matéria em que consideramos que podiam ir mais longe. Mas, na verdade, e face a incerteza que a pandemia ainda nos traz, não temos posição dogmática quanto à matéria. -----

----- Consideramos que seria necessário no futuro, a CMO fazer um diagnóstico ao tecido empresarial de Oeiras, para perceber o impacto real das isenções propostas no documento, na receita do Município. -----

----- O Partido Socialista, votou favoravelmente a manutenção das taxas propostas.” -----

6 - PROPOSTA N°. 989/21 - DPOC - TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM - TMDP: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Bruno Magro, Alexandre Poço e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o percentual de zero vírgula vinte e cinco por cento sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Concelho de Oeiras face à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano dois mil e vinte e dois. -----

----- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos da Lei número cinco, de dois mil e quatro, de dez de fevereiro, por força do artigo centésimo sexto, número três, alíneas a) e b). -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, alínea b), do número um, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro.

7 - PROPOSTA Nº. 990/21 - SIMAS - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022 E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Bruno Magro, Alexandre Poço e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, se pronuncie sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e dois dos SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora.-----

-----Submeta à Assembleia Municipal o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e dois dos SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora, com vista à sua aprovação.- -----

-----Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-

-----Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. -----

-----Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-

-----Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

-----Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro, designadamente o ponto três ponto três, aplicável por força do disposto na alínea b), do número um, do artigo décimo sétimo, do Decreto-Lei número cento e noventa e dois, de dois mil e quinze, de onze de setembro.-----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Vemos investimentos que saudamos, por serem importantes, como o Reservatório de Santa Catarina, mas há neste Orçamento um total des controlo devido à opção de duas obras, quanto a nós, desnecessárias, que em conjunto vão consumir trinta por cento da despesa global

de bens de capital nos próximos quatro anos.-----

----- Em “outdoors” em período pré-eleitoral os SIMAS alardearam e as publicações da Câmara fizeram eco disso, que o Templo da Água custaria cinco vírgula dois milhões de euros, ora, lê-se agora no PPI para dois mil e vinte e dois, o custo orçamentado da obra nos próximos anos é de onze vírgula sete milhões de euros.-----

----- Acresce a esses onze vírgula sete milhões de euros os quatro vírgula cinco milhões de euros do Centro de Interpretação Ambiental da Amadora entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e cinco, quanto a nós nada justifica que se gaste montantes desta grandeza num Concelho que tem ainda tantos problemas com a água por resolver, nomeadamente desperdício, mas também da má qualidade da massa de água. -----

----- Estamos muito longe do bom estado ecológico que a diretiva-quadro da água prevê e além disso, já deveríamos estar a lançar obras de proteção e regeneração do recurso água.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente** observou o seguinte:-----

----- “Na última reunião de Câmara quando falámos sobre esta matéria tinha referido que os SIMAS foram ao longo dos anos e até que foi desprofissionalizada a sua gestão, representava cerca de cinquenta e um por cento do lucro de todos os Serviços Municipalizados do País, procurou modernizar-se, atualizar a rede. -----

----- Lembro-me que os SIMAS tinham muitas visitas, quer de operadores privados, quer de operadores públicos, do País, que vinham conhecer as instalações, vinham conhecer a forma como era gerida a rede, porque era um exemplo para a maior parte dos Serviços Municipalizados do País e o exemplo da distribuição em baixa. -----

----- Não consigo compreender onde é que os SIMAS estão assim tão distantes do equilíbrio ambiental, onde estão tão distantes da boa governação desta área.-----

----- Costumo acreditar que os números não mentem e que a realidade se impõe.” -----

----- **A Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte:-----

-----“Este Orçamento é tão só sinónimo de sustentabilidade financeira e sustentabilidade ambiental, porque, conforme foi apresentado, ao nível das perdas de água e ao nível do Plano Estratégico para a substituição dos contadores e ao nível da remoção do fibrocimento, nos próximos quatro anos teremos um investimento de vinte e dois milhões de euros, por isso não sei onde é que a Vereadora Carla Castelo vê no Orçamento onze milhões para o Templo da Água, porque o que está a concurso é tão só cinco milhões e duzentos mil euros, o Orçamento da Vereadora é diferente do Orçamento dos SIMAS.”-----

8 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

-----Às vinte horas e dez minutos, o **Senhor Vice-Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional. -----

O Vice-Presidente,



(Francisco Rocha Gonçalves)

A Chefe de Divisão,



Vera Lúcia da Rocha
Ferreira de Carvalho de
Ascensão / 500745943
2022.01.06 15:30:05 Z

(Vera Carvalho)